

Interjeições: no limbo dos estudos gramaticais

Geovane Fernandes Caixeta

Professor do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM).

Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: geovane@unipam.edu.br

Resumo: Este texto focaliza as interjeições. Há anos, elas vêm sendo consideradas pelas gramáticas tradicionais e normativas e pelos dicionários uma das partes orationis. Nas considerações iniciais, faz-se uma breve análise do modo como gramáticos e linguistas se comportam em relação às interjeições. Na sequência, faz-se uma descrição sucinta dos estudos empreendidos às interjeições ao longo do tempo. Posteriormente, apresentam-se resenhas de gramáticas da língua portuguesa para destacar o tratamento dado às interjeições. Nas considerações finais, são elencadas sugestões de temas para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Gramática normativa. Interjeição. Enunciado interjectivo.

Abstract: This paper focuses on the interjections. For years, they have been regarded both by traditional and normative grammars and by dictionaries as one of the “partes orationis”. In the initial considerations, there is a brief analysis of the way grammarians and linguists consider interjections. Then, there is a succinct description of the studies of the interjections along time. After that, reviews of Portuguese grammars are presented, in order to highlight the approach devoted to interjections. In the final considerations, suggestions of topics to future studies are presented.

Keywords: Normative grammar. Interjection. Interjectional statement.

1 Considerações iniciais

A evolução dos estudos linguísticos, desde a Antiguidade, com a valorização da noção de categoria, à modernidade, com a valorização da noção de discurso, acarreta mudanças de visões acerca de objetos de estudos – seria anormal se conceitos e modos de analisar um fenômeno, qualquer que seja ele, não se alterassem na linha do tempo. Nos estudos de língua(gem) empreendidos, o que não podia ser categorizado, explicável, ficava à margem — e essa marginalização coube, com destaque, ao Fenômeno *Interjeição* (doravante FI). Ao se falar de Interjeições, é muito provável que haja uma associação com a linguagem afetiva — tal fato também justifica o lugar delas nos estudos atuais: no limbo. Nos estudos linguísticos do português brasileiro, o FI não teve — e não tem! — lugar de destaque; apenas “algumas notinhas” aqui e outras acolá.

Ao longo dos estudos linguísticos, todos os empreendimentos quanto a uma análise mais acurada acerca do FI restringem-se ao *continuum* das *partes orationis*. Com exceção das gramáticas filosóficas do século XIX, em que o FI ocupa posição inicial, nas demais gramáticas se encontra na posição final, que é um lugar historicamente periférico. De modo geral, os estudos gramaticais apenas propõem uma classificação para o FI: interjeições simples e compostas, puras e imitativas, seguida de uma lista de exemplos descontextualizados.

Apesar dos grandes avanços dos estudos linguísticos, ainda impera um silêncio acerca do FI. Se se perguntar aos estudiosos sobre o estatuto categorial, sintático ou textual-discursivo do FI, observa-se que preferem omitir a dar uma resposta plausível. As contribuições da Antiguidade Clássica acerca dos estudos da língua(gem) ainda decidem, em muitos aspectos, os caminhos dos atuais. Há, portanto, a perpetuação de um “acordo tácito” que reduz a complexidade de um uso de língua(gem) bastante produtivo nas trocas comunicacionais a um conjunto de dizeres simplistas e preconceitos.

Para ilustrar os posicionamentos de alguns estudiosos da língua(gem) acerca do FI, têm-se as seguintes citações:

Escusado acrescentar que os palavrões que pontilham a conversação das pessoas mal habitadas se situam neste capítulo [Da Interjeição]. (MELO, 1970, p. 177);

O tipo mais simples de frase é constituído por interjeição. (BECHARA, 2001, p. 540);

Muito pouca importância tem esta classe de palavras [Interjeição]; além da divisão e de algumas notinhas, nada mais há que sobre ela dizer. (ALMEIDA, 1995, p. 365);

[...] raramente se aponta tratado ou capítulo que analise as interjeições com paciência e carinho, como é de uso com as outras partes do discurso. (SAID ALI, 1971, p. 48);

A camada puramente emotiva, na língua, é apresentada pelas interjeições. (JAKOBSON, 1963, p. 214-215);

O exemplo mais claro [na relação entre o locutor e a referência do discurso] é dado pelas interjeições. (DUCROT & TODOROV, 1973, p. 362).

Essas citações ilustram a visão dos estudiosos da língua(gem) acerca deste fenômeno criativo, expressivo, envolvente e bastante produtivo na língua: a Interjeição. Parece haver um posicionamento, ora antagônico, ora de repúdio, ora de valorização, ora de neutralidade, o qual se torna uma motivação para estudá-lo com acuidade. Devido a suas peculiaridades grafofonêmicas, lexicográficas, morfossintáticas, semânticas e pragmáticas, o FI requer uma análise de cunho funcionalista, ao contrário de esforços empreendidos (pouco produtivos) por alguns gramáticos e por alguns linguistas para uma tentativa de sistematizá-lo.

Neste texto, é feito um rastreamento sucinto acerca dos estudos empreendidos às interjeições ao longo do tempo. Acrescentam-se a esse rastreamento algumas resenhas de gramáticas da língua portuguesa quanto ao tratamento dado às interjeições.

Por último, serão apontadas algumas sugestões para pesquisas de base funcionalista acerca das manifestações interjectivas. Oxalá este texto possa instigar pesquisadores para que empreendam esforços na análise de elementos de linguagem emocional, como é o caso das interjeições.

2 O FI e sua localização histórica nos estudos da língua(gem)

Embora a literatura tenha dedicado pouca atenção e escassas linhas ao FI, já não são remotas as inquietações e as flutuações acerca desse fenômeno — aliás, bastante produtivo em qualquer comunidade linguística —, por parte de alguns estudiosos mais afoitos que veem no homem um ser eminentemente emocional. A inclusão ou marginalização do FI nas *partes orationis* depende “duma opção do gramático: quando este se atém a uma estreita descrição da frase, esquece a interjeição; se privilegia antes todos os tipos de enunciação, considera-a” (GONÇALVES, 2002, p. 33 — nota de rodapé). Desde Aristóteles à Linguística Moderna, há oscilações nos estudos acerca do FI. Persiste uma “obrigatoriedade” adversa — a força da tradição versus os avanços dos estudos linguísticos — que culmina em (in)decisões sobre o possível “lugar” reservado ao FI nos estudos gramaticais e linguísticos.

Cabe a Aristóteles o estabelecimento de uma classificação gramatical em dois blocos: o dos categoremáticos e o dos sintagoremáticos. Todavia, a Dionísio da Trácia deve-se a fixação, em oito divisões, do complexo sistema das *partes orationis*, a saber: o nome, o verbo, o particípio, o artigo, o pronome, a preposição, o advérbio e a conjunção. O FI foi acolhido pela classe dos advérbios. A seguir, Apolônio Díscolo não contribui sobremaneira para um estudo mais acurado acerca do FI. Apesar de sua contribuição para a sistematização da gramática grega, ao considerar, entre outras contribuições, a Sintaxe como núcleo da análise linguística, nota-se que as “interjeições são ‘advérbios no sentido impróprio’” (APOLÔNIO DÍSCOLO [s.d.] *apud* GONÇALVES, 2002, p. 48).

As inquietações e flutuações dos estudiosos gregos acerca do FI, teórica e descritivamente, como um “problema” não resolvido, fazem com que os latinos rejeitem a sua inclusão na classe dos advérbios, uma vez que ele, na maioria das ocorrências, aparece em frases sem verbo. Os latinos procuram atribuir ao FI um estatuto próprio além do alcance dos advérbios. Varrão, cuja obra não chegou aos dias de hoje, mas tornou-se conhecida por meio de Carísio ([s.d.] *apud* GONÇALVES, 2002, p. 50), é o primeiro latino a discorrer, em *De Sermone latino*, sobre uma “teoria da interjeição”. Nessa sua “teoria”, o pensador latino já supunha uma “análise de tipo funcional das partes do discurso” (HOLTZ [s.d.] *apud* GONÇALVES, 2002, p. 50). Assim, cabe a Varrão o caminho para uma definição etimológica da palavra *Interjeição* (*inter + jacere*), uma vez que ele ter-se-ia referido ao FI como *partícula interiecta*, a qual, para ele, demonstrava ser uma partícula discursiva de uma emoção forte (*pathos*).

O FI passa a ocupar, genericamente, desde então, na tradição gramatical, o último lugar nas *partes orationis*, já que aí seria o espaço “reservado não só à arrumação do anormal/exceptivo, mas que também acolhia a inovação” (GONÇALVES, 2002, p. 50). A razão de ter sido considerado item periférico foi/é devido ao fato de ter um valor de enunciado — no entanto, permaneceu, nas gramáticas tradicionais e normativas, como uma classe de palavras. O princípio que rege, pois, a atitude dos latinos em rela-

ção à dos gregos é muito mais o da continuidade do que o da mudança. Continuidade porque, para ambos, a margem extrema (polo final das *partes orationis*) caberia/cabe à anomalia ou ao não explicável.

Se, na “teoria da interjeição” de Varrão, o FI designa o estado ou disposição da alma, como explicar a outra parte da definição, a formal? Como explicar o caráter de exceção atribuído ao FI no nível lexical e morfossintático?

Para Prisciano ([s.d.] *apud* GONÇALVES, 2002, p. 52), o FI não se prende, não se fixa ou até mesmo não necessita de ligar-se sintaticamente à frase, pois, é “uma parte do discurso [que] anuncia, por um tom de voz desordenado, irregular, a disposição do espírito”. Desse modo, o aspecto fonético-fonológico apresenta-se mais intenso do que o suprasegmental — o primeiro caracterizar-se-ia pela não-convencionalidade da palavra e o segundo, pela irregularidade entonacional.

Cledónio ([s.d.] *apud* GONÇALVES, 2002, p. 53) posiciona-se diametralmente em sentido oposto à tradição no que se refere ao FI: ao invés de assegurar o “modelo descritivo dos estados de alma”, passa-o para o conceitual: “Interjeição é, portanto, tudo aquilo que traduz o estado da alma”. Resultante desse “deslocamento”, tem-se o reconhecimento de que o FI é prolixo e complexo, uma vez que, ao passá-lo do nível descritivo para o conceitual, surge a necessidade de sistematizar as várias “categorias” que podem ser expressas por uma única manifestação interjectiva — seria uma “análise funcional” próxima à que se empreendia, e ainda se empreende, ao advérbio, já que, conforme a tradição herdada, as “categorias adverbiais” são em função do sentido que instauram.

Enfim, esses “olhares” contribuíram sobremaneira para que FI tivesse um estatuto de classe gramatical, mesmo que, para isso, ocupasse a posição final do *continuum* das *partes orationis* — aquela reservada à marginalização, à anomalia ou ao não explicável. Do percurso dos estudos gramaticais sobre o FI, podem estabelecer-se, em conformidade com Gonçalves (2002), quatro períodos. As (in)decisões, nessa visão diacrônica, giram em torno dos seguintes tópicos:

I. Antiguidade Clássica à Idade Média:

- o FI possui um estatuto sintático independente;
- o FI acolhe itens que são considerados não-lexicais e
- o FI expressa e/ou significa sentimentos ou estados da alma.

II. Idade Média ao século XVIII:

- o FI é signo natural e
- o FI é ou está a/na origem da linguagem.

III. Século XIX à primeira metade do século XX:

- o FI é equivalente de frases;
- o FI tem natureza psicológica e lógica;
- o FI associa-se aos aspectos estilístico-afetivos;
- o FI materializa-se num elemento linguístico ou não e
- o FI tem lugar reservado nas *partes orationis*, na sintaxe ou fora do sistema.

IV. Segunda metade do Século XX aos dias atuais :

- o FI é marcador conversacional;
- o FI é próprio da modalidade oral;
- o FI possui um papel textual-discursivo;
- o FI tem um status morfossintático definitivo;
- o FI é, ao mesmo tempo, lexema e enunciado — retorno a embates anteriores e
- o FI é elemento sintático-semântico, voz holofrástica, lexismo ou ato de discurso.

Essa esquematização, cuja finalidade é uma apresentação sucinta dos questionamentos sobre o FI, mostra as inquietações por que os estudiosos da linguagem passa(va)m. Esses quatro intervalos de tempo não se excluem; eles entrelaçam-se e completam-se na tentativa de melhor compreender e analisar o FI.

A noção de língua(gem) e os recursos disponíveis em cada período interferem na percepção que os autores tinham/têm do FI. Pode-se assim dizer que, nos dois primeiros períodos, predomina uma visão imanentista da língua(gem) e, por consequência, a marginalização do FI, já que os recursos disponíveis pareciam ser insuficientes para sustentar análises de itens de natureza linguístico-cognitiva e interativa. Os estudos centravam-se na impossibilidade de categorizar as interjeições. Já nos dois últimos períodos, apesar do efeito presente dos dois primeiros, há, embora incipientemente, uma visão de língua(gem) “funcional”, e, por isso mesmo, a valorização do texto. Os estudos centra(va)m-se na transição do foco categorial para o textual; desse modo, passa-se a valorizar o uso de palavras em situações reais, para as quais concorrem, além de outras manifestações, as de natureza emotiva e emocional, sejam elas por meio de elementos lexicais ou não.

Apesar dos grandes avanços nos estudos linguísticos, ainda impera o silêncio ou o adiamento. Se se perguntar aos estudiosos sobre o fato de o FI pertencer ou não a um sistema linguístico de uma dada língua, ou ainda, mais detalhadamente, perguntar acerca de seu estatuto categorial, sintático ou textual-discursivo, observa-se que preferem omitir a dar uma resposta definitiva. As contribuições da Antiguidade Clássica ainda decidem, em muitos aspectos, os caminhos dos estudos atuais, sobretudo os de natureza emocional.

3 O FI do ponto de vista gramatical

De Aristóteles, perfilando por Dionísio da Trácia, às gramáticas tradicionais atuais poucas mudanças ocorreram. O princípio da “continuidade” é, a rigor, mantido nos estudos acerca do FI. Tais estudos restringem-se, de modo geral, apenas a conceituá-lo, a posicioná-lo no final do *continuum* das *partes orationis*, a estabelecer uma diferença gramatical em relação às locuções interjetivas e, por último, a apresentar uma enumeração e uma classificação aleatórias. É consensual, por parte dos gramáticos tradicionais, que o FI é uma atitude afetiva e/ou sentimental do falante, a qual é de admiração, espanto, dor, alegria, irritação, surpresa, aplauso etc. É consensual também que, apesar das classificações, não é permitido um valor exclusivo a uma dada manifestação

interjectiva — a situação é que permitirá aos falantes perceberem as atitudes afetivas dos (inter)locutores. Haveria um “acordo tácito” entre os gramáticos acerca do FI — acordo esse que silencia, mas que também instiga!

A seguir, apresentam-se os gramáticos selecionados e as suas definições para o que seja interjeição. Após as citações, seguem-se as resenhas das obras selecionadas. Uma observação a ser feita: a atenção dada a gramáticas de português de Portugal deve-se, sobretudo, a questões históricas de composição de gramáticas brasileiras — a interferência portuguesa na organização de gramáticas brasileiras é, antes, uma questão ideológica, política, do que “apropriação” didática, acredita-se. Os gramáticos selecionados e suas definições são:

as Interjeições são umas partículas desligadas do contexto da oração, exclamativas e pela maior parte monosyllabas e aspiradas, que exprimem os transportes da paixão com que a alma se acha ocupada. (BARBOSA, 1881, p. 70).

A Interjeição é mais phrase do que simples vocábulo. É expressão breve da emoção, do sentimento.” (RIBEIRO, 1923, p. 37).

É a palavra invariável que exprime os afetos vivos e súbitos da alma, como a dor, a alegria, o espanto etc. Interjeição é um brado subitâneo. (PEREIRA, 1926, p. 175; 375).

Interjeição é uma especie de grito, de que usamos, para exprimir as paixões, os sentimentos subitos de nossa alma. É um sinal da linguagem sythetica, lançado no meio (*inter* e *jacere*) dos signaes da linguagem analytica, para animal-a e coloril-a, completando a enunciação do quadro do pensamento com os toques vividos das sensações, dos sentimentos e das paixões”. (CARNEIRO RIBEIRO, 1957, p. 471)

Interjeição é a voz expressiva de emoções, apelos ou idéias mal estruturadas...” (MELO, 1970, p. 80).

Interjeição é uma espécie de grito com que traduzimos de modo vivo nossas emoções [...] depende fundamentalmente do contexto e da entonação” [em nota de rodapé]. Com efeito, traduzindo sentimentos súbitos e espontâneos, são as interjeições gritos instintivos, equivalendo a frases emocionais.” (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 577).

Interjeição — É a expressão com que traduzimos os nossos estados emotivos. Têm elas existência autônoma e, a rigor, constituem por si verdadeiras orações.” (BECHARA, 2001, p. 330).

Barbosa (1881) é o primeiro gramático de língua portuguesa que se dedica mais acuradamente ao estudo do FI. Com esse gramático, pela primeira vez nas gramáticas de língua portuguesa, o FI abre a lista das *partes orationis*. Em sua *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, Barbosa estabelece um sistema etimológico das *partes orationis*, distribuindo-as em dois grupos, que são dois “modos contrarios de dar a conhecer pela linguagem os pensamentos”, por meio de um “methodo natural e summario” e de outro “artificial e anlytico” (p. 70) — o que leva Barbosa a uma divisão mais geral das palavras em duas classes: “uma das palavras interjectivas ou exclamativas, e outra das discursivas ou analyticas”. Essa divisão proposta por Barbosa torna-se saliente por,

pelo menos, três aspectos, a saber: 1) o FI não pode ser analisado apenas pelo âmbito gramatical — embora Barbosa não tenha feito apontamentos nessa direção; 2) o FI não é uma “classe” periférica ou marginalizada; ele está na ordem primeira das diversas manifestações da linguagem humana —, por isso, para Barbosa, seu estudo deve ocupar essa mesma ordem na gramática, mais especificamente, nos estudos das *partes orationis* e 3) resultante desses dois aspectos, o FI deve ser analisado com base em critérios semânticos, topológicos, formais, fonéticos e prosódicos. Barbosa defende a ideia de que “[as interjeições] são discursivas, e se algumas vezes se empregam sós interjectivamente é porque são umas orações ellipticas, que com o suplemento de um verbo se completam facilmente e se reduzem ao que são” (p. 71).

Ribeiro (1923), em sua *Grammatica portugueza*, destina poucas linhas ao estudo do FI, conceituando-o a partir de critérios semânticos, mas apropriando-se de outros — formais e fonéticos — para dividi-lo em simples e primitivo, secundário e derivado e em locuções interjectivas. Destina o estudo acerca do FI à última posição no *continuum* das *partes orationis*. Compartilha com a ideia de outros gramáticos de que “[a interjeição] não entra na construção do discurso. É uma proposição por si mesma de character elliptico, frequentissima nas linguas primitivas” (p. 37). Em Ribeiro, ocorre uma imprecisão entre o que é o FI e o que é onomatopeia, já que há “certas interjeições que apenas se empregam quando o homem trata os animais: bit! sape! E até outras cujos ruidos quase não podem ser representados pela escrita” (p. 37). Em seus estudos, Ribeiro aborda o fato de as interjeições serem palavras invariáveis “formadas de outras palavras, verbos, adjectivos, etc.” (p. 37); portanto, há interjeições, cuja “origem está em varios vocabulos que se perderam ou se desviaram de sua categoria grammatical” (p. 37), como *salve!* e *basta!* (verbo), *acima!* e *afóra!* (partículas) e *silêncio!* e *coragem!* (nomes).

Pereira (1926), em sua *Gramática expositiva*, na sessão *Morfologia — Taxeonomia*, compartilha com outros gramáticos tradicionais as ideias consensuais acerca do FI: uma conceituação, seguida de alguns sentimentos expressos, ressaltando a situação de uso e, finalmente, uma classificação em imitativas ou onomatopaicas, e, quanto à forma, em simples e compostas, que são as locuções interjectivas. Além disso, ainda se observa em Pereira a tese de que o FI encerra em si mesmo uma oração implícita. Já na seção *Sintaxe — Das particularidades sintáticas sobre as categorias gramaticais*, dialoga com outros gramáticos sobre a tese de o FI ser oração implícita, apresentando, para defesa de tal tese, uma mistura de critérios semânticos, fonéticos e formais, além de sintáticos: “é mais um grito instintivo animal, do que uma palavra [...] e, portanto, está fora da esfera gramatical [...], é uma palavra sintética: não está, pois, inteiramente fora da alçada gramatical” (p. 375). Acrescenta que, “sendo a expressão sintética de um pensamento, deve encerrar uma oração implícita, que é o desdobramento desse pensamento, sua expressão analítica” (p. 375).

Carneiro Ribeiro (1957, p. 473-474), em sua *Grammatica portugueza philosophica*, na seção *Lexicologia*, enfatiza em seu estudo acerca do FI dois aspectos, a saber: 1) o conceitual, em que se pode perceber uma distinção entre linguagem *synthetica* e linguagem *analytica* e 2) o classificatório, em que se pode perceber uma preocupação muito mais didática do que uma análise de cunho discursivo. Após definir o FI, o gramático aborda essa distinção. Para esse gramático, o FI é sinal de linguagem sintética, porque pode só por meio de um “golpe e de um só lance exprimir certos estados, certas

situações d'alma, em que a perturbação instantânea, a vivacidade da comomoção, saltando nosso espírito, dá-lhe apenas tempo de traduzir-se e manifestar-se por umas explosões naturais" (p. 473). A linguagem analítica, na visão do gramático, é "muito lenta em sua marcha" (p. 473) — o que impediria o falante de manifestar sensações súbitas. Com base nessas considerações, Carneiro Ribeiro estabelece uma distinção entre *interjeições propriamente ditas* ou *naturales* (sinais de linguagem sintética) e *analyticas* ou *convencionales* (sinais de linguagem analítica). Apesar dessa distinção, Carneiro Ribeiro acrescenta ainda que "afóra as interjeições naturais e convencionales, ha locuções e phrases empregadas como interjeições..." (p. 474). Para Carneiro Ribeiro, as onomatopeias são "impropriamente denominados de interjeições", já que, para ele, as manifestações interjectivas indicam sensações e as onomatopeias indicam percepções. As "onomatopeias traduzem a realidade material fóra de nós; as interjeições revelão a realidade imaterial dentro de nós..." (p. 474).

Melo (1970), em sua *Gramática fundamental da língua portuguesa*, não considera o FI uma classe de palavras ou uma das *partes orationis*, já que "[as interjeições] ou são gritos instintivos sem intenção comunicativa — e não pertencem à linguagem propriamente dita —, ou são equivalentes de oração — e não podem ser consideradas 'partes do discurso'" (p. 177). Mas, por "razões didáticas", segundo ele mesmo, adota o esquema da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), definindo o FI como "palavras ou conjunto de palavras que exprimem emoções súbitas, apelos, idéias confusas, estados de espírito não filtrados ou controlados pela razão" (p. 177). O autor demonstra, também, preconceito em relação ao FI: "escusado acrescentar que os palavrões que pontilham a conversação das pessoas mal habituadas se situam neste capítulo [Da Interjeição]..." (p. 177). Segundo o autor, o FI, excluído das *partes orationis*, deve pertencer à linguagem afetiva; assim comunga com outros gramáticos a tese de que ele forma orações elípticas, desde que tenham uma intenção comunicativa. O gramático exemplifica suas colocações com as manifestações *socorro!* e *fogo!*. Para ele, "são realmente frases inteiras, reduzidas, mutiladas, porque no caso a emoção predominou fortemente sobre a inteligência. Pertencem elas à chamada linguagem afetiva..." (p. 177). Acrescenta ainda que, "se tais interjeições, se tais vozes são 'equivalentes de oração', se funcionam como 'comprimidos de oração', não podem elas ser, como é óbvio, partes do discurso, pela simples razão que o todo não pode ser parte de si mesmo" (p. 177).

Cunha & Cintra (1985), em *Nova gramática do português contemporâneo*, apresentam uma definição para as interjeições seguida não só de uma relação de onze "sentimentos" que elas podem denotar, mas também de um parecer sobre as locuções interjectivas, as quais, segundo eles, são "[interjeições] formadas por grupos de duas ou mais palavras" (p. 577). De modo geral, as colocações de Cunha & Cintra refletem o pensamento de todos aqueles que escreveram e escrevem sobre o FI, o que, na maioria dos casos, não passa de única página. Se não fossem as notas de rodapé, Cunha & Cintra estariam apenas evidenciando um estudo sem importância e sem grau de complexidade. Nessas notas de rodapé, Cunha & Cintra (1985, p. 577) fazem colocações sucintas a respeito da (im)possibilidade de o FI compor ou não uma classe de palavras:

1ª) Não incluímos a INTERJEIÇÃO entre as classes de palavras pela razão aduzida no Capítulo 5.

Com efeito, traduzindo sentimentos súbitos e espontâneos, são as interjeições gritos emotivos, equivalendo a frases emocionais.

2ª) Na escrita, as interjeições vêm de regra acompanhada do ponto de exclamação (!).

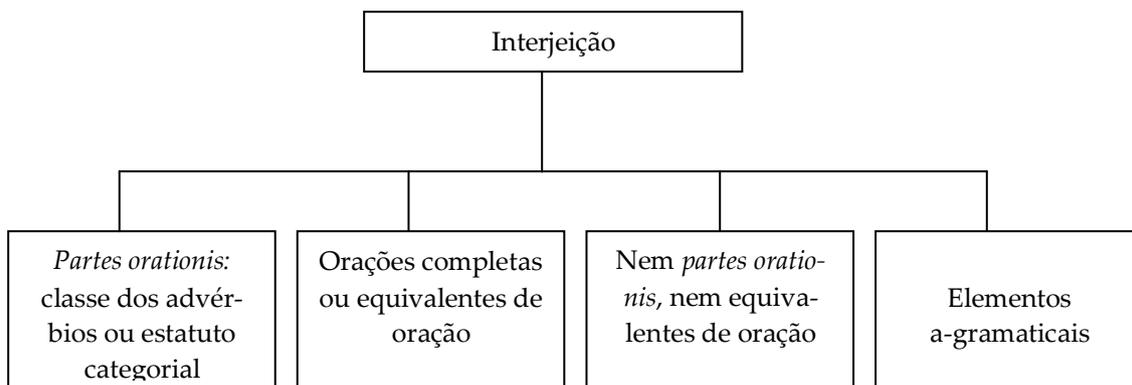
Cunha & Cintra, apesar de assinalarem no capítulo 17, *Interjeição*, em nota de rodapé, que não incluíram o FI entre as classes de palavras, no Capítulo 5, *Classe, Estrutura e Formação de Palavras*, em que se busca “a razão” para tal atitude, não explicitam mais detalhadamente os motivos que os levaram — e a outros gramáticos também — a “excluírem” o FI das *partes orationis*. Na seção *Classe de Palavras* (p. 77), do Capítulo 5, Cunha & Cintra, depois de estabelecerem, nas seções anteriores a essa, a distinção entre morfema lexical (os substantivos, os adjetivos, os verbos e os advérbios de modo) e morfema gramatical (os artigos, os pronomes, os numerais, as preposições, as conjunções e os demais advérbios, bem como as formas indicadoras de número, gênero, tempo, modo ou aspecto verbal), apresentam a distinção entre palavras variáveis (os substantivos, os adjetivos, os artigos e certos numerais e pronomes e o verbo) e invariáveis (os advérbios, as preposições, as conjunções e certos pronomes), de acordo com a (im)possibilidade de se combinar com os morfemas flexionais ou desinências. Ao FI, para o qual se buscam as razões para a sua não inclusão nas classes de palavras, e, portanto, na morfologia, Cunha & Cintra apresentam o seguinte comentário: “a interjeição, vocábulo-frase, fica excluída de qualquer das classificações” (p. 77). Impera, em Cunha & Cintra, bem como em outros gramáticos, um silêncio simplificador acerca do FI.

Para Bechara (2001), em sua *Moderna gramática portuguesa*, mais especificamente na segunda parte — *Gramática descritiva e normativa: as unidades do discurso* —, em que se podem perceber morfologia e sintaxe juntas, com base nos estudos de Coseriu, “quase sempre a gramática engloba numa mesma relação de palavras que pertencem a grupos bem diferentes: *substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição*” (p. 109). Segundo Bechara, é necessário um exame atento quanto a essa relação, uma vez que ela engloba, com base em critérios categoriais, morfológicos e sintáticos, palavras de natureza e funcionalidade diferentes. “E o elemento que as diferencia são os diversos significados que lhes são próprios” (p. 109). Esses significados são o lexical, o categorial, o instrumental, o sintático e o ôntico, postos em relevo pela sintaxe. Assim, de acordo com Bechara, há um imbricamento entre classes de palavras, sintaxe e sentido; nesse entrelaçamento, os significados léxico, categorial e instrumental permitem que se faça uma divisão das palavras em: 1) lexemáticas (substantivos, adjetivos, verbo e advérbio — os quais compõem a classe verbal ou categorias gramaticais); 2) categoremáticas (pronomes e numerais — os quais são “formas em substâncias”, apresentando, primeiramente, um significado categorial, sem representar nenhuma matéria extralinguística; por isso, são também da classe verbal e 3) morfemáticas (artigos, preposição e conjunção — os quais são elementos que pertencem ao universo da gramática). Bechara faz apenas uma ressalva, que é em relação ao FI: “da lista tradicional das classes de palavras só nos falta falar da *interjeição*, que a rigor, nem é pura *palavra*, mas uma *palavra-oração*, que só por si pode valer por um conteúdo de pensamento da linguagem emocional” (p. 112). Vê-se, portanto, que Bechara compartilha com outros gramáticos a ideia de o FI ter “existência autônoma” e, a rigor, constituir por si mesmo “verdadeiras orações”. Ainda acrescenta: “o tipo mais simples de frase

é o constituído por *interjeição*. Já é antiga em gramática a idéia de a interjeição não ser, a rigor, uma ‘palavra’, mas que equivale a um enunciado independente ou a uma oração inteira” (p. 540).

A visão acerca do FI, desde a tradição grega e latina até as gramáticas selecionadas para a elaboração das resenhas, pode ser esquematizada da seguinte maneira:

DIAGRAMA 1: Da síntese das visões acerca do FI ao longo do tempo



FONTE: Gonçalves (2002, p. 285), com adaptação.

Esse diagrama evidencia muito mais as decepções do que os avanços dos estudos acerca do FI, uma vez que, desde os gregos e latinos, pouca ou nenhuma inovação ocorreu. Os gramáticos tradicionalistas e normativistas, raras exceções, apenas procrastinaram as ideias clássicas acerca dos “gritos súbitos da alma”. As inquietações e flutuações sobre o FI refletem a secular indecisão dos gramáticos acerca de seu estatuto. Tais indecisões podem denotar: a) descompromisso, porque há hesitação em conceituar o FI: palavra, partícula ou grito (voz); b) contradição, porque, simultaneamente, o FI é considerado como oração e como parte da oração e c) conservadorismo, porque se mantêm, desde os gregos e os latinos, as razões aduzidas em (a) e (b). Na inter-relação dessas três posturas, encontra-se, pois, um “acordo tácito” que apaga a complexidade de um fenômeno de língua(gem) bastante produtivo: a interjeição.

4 Considerações finais

A partir do percurso histórico e da visão gramatical do FI, fica evidente a sua condição periférica ou anômala — as interjeições se encontram no limbo dos estudos gramaticais e linguísticos. Essa condição de limbo percorre de formas diversas, e até de maneira cíclica, toda a trajetória dos estudos empreendidos, uma vez que o tratamento ou não como categoria gramatical acaba por contaminar o seu próprio caráter linguístico, dificultando análises que se pretendem no nível textual-discursivo. A retirada das interjeições do limbo dos estudos linguísticos, principalmente daqueles do português brasileiro, requer uma atenção especial: devem-se considerar as interjeições como manifestações de linguagem, não apenas e necessariamente da língua. Isso significa dizer que elas, as interjeições, devam ser reconhecidas como enunciados de natureza emoci-

onal, o que faz com que sejam analisadas em conformidade com as situações sociocomunicativas em que são proferidas. Além disso, deve-se dar a elas o reconhecimento de que são suportes de expressividade e de (auto)envolvimento do falante com aquilo que diz enquanto diz. As interjeições são emoções presentificadas, e não descritas.

Pelas resenhas, nota-se que os “rótulos” conferidos ao FI apenas silenciam e/ou suavizam as dúvidas. Se se detiver a vista nas poucas páginas ou linhas reservadas ao FI nas gramáticas tradicionais normativas, serão percebidas análises que primam pela fragilidade e/ou incompletude — o que assegura a condição periférica e anômala e sua (quase) exclusão dos estudos gramaticais. As poucas páginas destinadas à descrição do FI e o parecer negativo e simplista de alguns gramáticos refletem um (possível) desca-so. As concepções acerca do que seja o FI nas gramáticas tradicionais e normativas, como expressão de um sentimento, de uma emoção, da alma etc., devem-se, sobretudo, à visão de língua(gem) como representação transparente, como expressão do pensamento. No *continuum* das *partes orationis*, o FI, na maioria das gramáticas tradicionais, está no polo final — ao contrário das gramáticas filosóficas, em que se encontra no polo inicial pelo fato de ser considerado a origem da linguagem — o que significa tratar-se de um “rudimento de discurso”, ocupando um lugar periférico e secundário.

Nas gramáticas resenhadas, nota-se que a preocupação comum é a de se estabelecer uma classificação do FI com base apenas na intuição do gramático. Embora Cunha & Cintra (1985, p. 577) afirmem que o FI “depende fundamentalmente do contexto e da entonação”, as classificações e a relação empírica de exemplos são aleatórias. As manifestações interjectivas selecionadas pelos gramáticos e por alguns poucos linguistas dificilmente fogem do rol proposto e preservado, ao longo do tempo, pelas próprias gramáticas — não se veem análises de interjeições como *Coitada!*, *Meu Deus do céu!* e *Nooossa!*. Não se exige das gramáticas tradicionais e normativas uma valorização de itens de natureza emocional; o que se questiona é o fato de que pouca atenção tem sido dada a elas, ou por gramáticos, ou por linguistas.

O FI carece de análises que primam pelo discursivo, funcional, pragmático e comunicacional. Para cumprir a “promessa” feita no início deste texto, seguem alguns temas para futuras pesquisas: 1) as interjeições como suporte de expressividade; 2) as interjeições e sua autonomia comunicativa; 3) as interjeições como marcas de pressuposição; 4) as interjeições e sua possível força ilocucional; 5) as interjeições como encapsuladoras de emoção; 6) as interjeições como mecanismo de restrição contextual; 7) as interjeições como marcas do princípio da iconicidade; 8) as interjeições e seu papel na organização e progressão textuais; 9) as interjeições como manifestações de (des)cortesia verbal; 10) as interjeições nos discursos monológicos, intersubjetivos e nos de outrem; 11) as interjeições e seu desgarramento sintático; 12) as interjeições como expressão de identidade cultural. Quando se aborda um fenômeno idiossincrático como são as interjeições, não se esgotam as possibilidades de temas para a análise delas. Em função do espaço limitado deste texto, apresentaram-se esses doze temas; subjaz a todos eles o fato de que uma manifestação interjectiva deva ser analisada nas trocas comunicacionais.

Em conformidade com a linguística fabular, se o homem fosse lógico, sua fala seria lógica; mas o homem tem sido um ser passional, falível, muito cego, pelo seu pendor instintivo. O que tudo isso sinaliza? Sinaliza que as interjeições são, por si sós,

em virtude de suas peculiaridades, um “problema” a ser investigado. Negando a simplicidade das interjeições e reconhecendo nelas uma complexidade que envolve questões grafonômicas, lexicográficas, morfossintáticas, semânticas e pragmáticas, portanto itens de complexidade semiótica, procurou-se, neste texto, despertar a atenção (ou a curiosidade) de leitores e de estudiosos que se deixam seduzir pela linguagem emocional. Assim, *quem sabe!*, as interjeições possam ser retiradas do limbo dos estudos linguísticos do português brasileiro e posicionadas no centro das discussões.

Referências

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portuguesa ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. 7. ed. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1881.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

CARNEIRO RIBEIRO, Ernesto. *Estudos gramaticais e filológicos*. Salvador: Aguiar & Souza Ltda, 1957.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed./ 35. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário das ciências da linguagem*. 3. ed. Tradução de Eduardo Prado Coelho. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1973.

GONÇALVES, Miguel. *A interjeição em português: contributo para uma abordagem em semântica discursiva*. Coimbra: FCG/FCT, 2002.

JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1963.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva: curso superior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1926.

RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza*. 20. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.

SAID ALI, M. *Meios de expressão e alterações semânticas*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: FGV, 1971. .